

Congresso tem proposta para dívida pública

**Pelo plano da
Comissão de Orçamento,
a União vai ficar
sem Cz\$ 425 bilhões**

BRASÍLIA — Os secretários estaduais de Fazenda e o presidente e relator da Comissão de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e senador Almir Gabriel (PMDB-PA), acertaram ontem nova forma de pagamento da dívida externa dos estados e municípios em 1989, que retira do governo federal Cz\$ 425 bilhões, a preços de junho, ou 0,69% do PIB. Na noite de quarta-feira, diante do impasse na discussão com o governo em torno da dívida, os governadores decidiram que toda negociação agora será feita com o Congresso.

A proposta implica pagamento de Cz\$ 75 bilhões da dívida dos estados e municípios, contra estimativa inicial do governo de Cz\$ 500 bilhões, e terá de ser aprovada pelos 60 membros da comissão e pelo plenário do Congresso. Se aprovada e não se encontrar forma de cobrir o buraco de Cz\$ 425 bilhões, o déficit do governo central em 1989, estimado no orçamento em 0,56% do PIB, passará a 1,25%. Com isso, o déficit global do setor público ficará em 0,62%, enquanto o orçamento prevê superávit de 0,07%.

A proposta da comissão é a seguinte: os estados vão rolar toda a dívida vencida desde 1983 e a que vence em 1989 será paga com o efeito cascata. Até US\$ 300 milhões, a rolagem é integral; até US\$ 500 milhões, 10% sobre o débito; até US\$ 1 bilhão, 20%; e acima desse limite, 25%. O refinanciamento da dívida vencida será estabelecido, no ano que vem, por resolução do Senado, que legisla sobre o endividamento dos estados e municípios.

A proposta orçamentária do governo, de receita de cerca de Cz\$ 500 bilhões, não resistiu à pressão dos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, os maiores devedores.

ALEGRIA

Ontem pela manhã, o deputado Cid Carvalho foi chamado pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto, para um entendimento. O deputado assegurou que não revelou ao ministro o projeto de emenda da comissão.

À tarde, no Congresso, os secretários de Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, e do Rio de Janeiro, Antônio Cláudio Sochaczewski, não escondiam a alegria. "Vamos deixar de pagar US\$ 700 milhões", comemorava o paulista. Se for aprovada a proposta, São Paulo pagará, em 1989, US\$ 500 milhões. Cid Carvalho tentava se colocar como intermediador.

A comissão trabalhou pela instituição e não tomou partido nem do governo nem dos estados, repetiu várias vezes.

O relator-geral do orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), fechou-se todo o dia em lugar ignorado até pelos membros da comissão. "Nessas alturas, ele deve estar maluco", brincou Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), no final da tarde. Para ele, signatário da emenda com a proposta, o governo não tem saída e vai ceder.

O que ficou pouco claro é como a comissão vai compensar a União com a perda de receita devido ao novo esquema de pagamento da dívida. Para Cid Carvalho, os cortes serão nos encargos financeiros da União e no orçamento das operações oficiais de crédito. As alternativas seriam os subsídios, incentivos fiscais e a reserva de sazonalidade (recursos destinados ao Ministério da Agricultura).

A menos de um quilômetro do Congresso, na Seplan, o ministro João Batista de Abreu reagiu: "É inconstitucional", disse. O ministro argumentou que a comissão tem competência para definir a qualidade do gasto mas não pode mexer na receita nem aumentar a despesa. No caso, subsídio e incentivos são receita, embora não sejam arrecadados.